Estado de Santa Catarina

Municipio de Anchieta

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

TERCEIRO Quadrimestre de 2021

Lei Complementar n°101/2000, Art. 9°, § 4°

ATA nº 150

Às quinze horas do dia 28 de fevereiro de 2022 foi realizada a gravação da Audiência Pública de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Terceiro Quadrimestre de 2021, tendo em vista o isolamento social decorrente da pandemia do Coronavírus – COVID-19, vídeo este que será disponibilizado no site oficial e também nas redes sociais do Município. A Contadora do Município, Eliza Diesel, fez a abertura da audiência e, logo após, falou da receita arrecadada até o terceiro quadrimestre de 2021, sendo esta de R$ 29.442.691,59, alcançando uma média mensal de R$ 2.453.557,64. Quanto as Metas de Arrecadação, destacou-se que a receita prevista para todo o ano de 2021 foi de R$ 24.000.000,00 e até o quadrimestre de R$ 29.442.691,59, tendo o município de Anchieta, desta forma, cumprido a meta, com uma diferença positiva de R$ 5.442.691,59. Em se tratando da Receita Corrente Líquida, fora repassado que a mesma atingiu, até o terceiro quadrimestre de 2021, R$ 27.144.792,99. A seguir, fora demonstrada a Execução Orçamentária, sendo que a receita efetivamente realizada registra o montante de R$ 27.293.448,54 para as Receitas Correntes e R$ 2.149.243,05 para as Receitas de Capital, que resultou numa arrecadação total de R$ 29.442.691,59. Quanto às despesas, constatou-se que o total realizado até o quadrimestre foi de R$ 27.156.258,04, sendo estas apresentadas por Função de Governo. Assim sendo, o resultado da análise do confronto das receitas arrecadadas com as despesas empenhadas demonstra valores Positivos, na ordem de R$ 2.286.433,55. Em seguida, abordou-se sobre a aplicação dos recursos em Saúde, sendo que os gastos atingiram 25,23%, evidenciando o cumprimento do constante no Art. nº 198 da Constituição Federal, combinando com o disposto no § 1º do Art. n°77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, que determina uma aplicação de, no mínimo, 15% das receitas de impostos e transferências. Analisando as despesas realizadas com Saúde, no montante de R$ 8.904.482,27, constatou-se que R$ 3.795.582,86 foram realizados com recursos vinculados e outras fontes, enquanto que R$ 5.108.899,41 foram realizados com recursos próprios. Conforme demonstrado pela Auditora de Controle Interno, Fernanda Frizzo Crivelatti, os gastos realizados com Educação atingiram 27,44% das receitas resultantes de impostos e transferências, alcançando, portanto, o percentual mínimo exigido de 25%. De acordo com os dados apresentados, o Município aplicou na função educação o montante total de R$ 8.001.498,22. No tocante à aplicação de recursos na remuneração dos profissionais do magistério, fora gasto até o quadrimestre em análise o montante de R$ 3.808.956,70 o que equivale a 96,78% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício, isto é, encontra-se cumprindo com o disposto na legislação vigente, que estipula uma aplicação mínima de 70%. Em seguida, tratou-se da aplicação dos 90% dos recursos do FUNDEB em ações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, tendo o município aplicado 98,19% nestas ações. Ainda nesta Audiência fora demonstrada a despesa realizada com pessoal, o Poder Executivo atingiu 46,55% e o Poder Legislativo 1,95%, ficando ambos abaixo dos limites prudencial e máximo, em relação a Receita Corrente Líquida do Município, atendendo o disposto no Art. n°20, Inciso III, alínea 'a', da Lei de Responsabilidade Fiscal. Quanto as despesas com pessoal, no Consolidado, tem-se um percentual de 48,50%, ou seja, abaixo dos limites prudencial e máximo de 57 e 60%, respectivamente. Para finalizar, Fernanda destacou os meios para o público enviar dúvidas e sugestões, isto é, Lei de Acesso a Informação, Ouvidoria Municipal e e-mail: controleinterno@anchieta.sc.gov.br, agradeceu a atenção de todos e não havendo nada mais a tratar, encerrou a Audiência, da qual lavrou-se a presente ata.

Anchieta(SC), 28 de fevereiro de 2022.